

Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras – 2013

Escola Nacional de Administração Pública - ENAP

Curso: Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico

Professor: José Luiz Pagnussat

Período: 11 a 13 de novembro de 2013

Curso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico

Aula 1 – Fundamentos Econômicos para as Políticas Públicas

José Luiz Pagnussat

Brasília, 11 de novembro de 2013



Ministério do
Planejamento, Orçamento
e Gestão





Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico

Programa do curso

Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico

EMENTA:

Compreender os objetivos de estabilização e desenvolvimento das políticas públicas macroeconômicas, setoriais e sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Ao final do curso o aluno será capaz de:

- Compreender as razões econômicas das intervenções do governo na sociedade.
- Compreender a política macroeconômica (fiscal, monetária e cambial) e os seus objetivos de estabilização e desenvolvimento.
- Identificar as relações entre as políticas sociais e o desenvolvimento econômico e social.
- Conhecer os fundamentos e instrumentos de ação das políticas setoriais (agrícola, industrial, comércio exterior, transportes).

METODOLOGIA DE ENSINO:

Exposição dialogada, palestras e debates

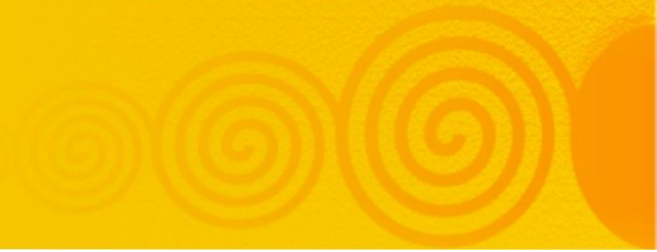
AVALIAÇÃO:

Trabalho, nos moldes de um artigo, sobre uma política pública (de livre escolha do aluno) focando sua contribuição para o desenvolvimento do país. O trabalho deverá ter entre 3 e 7 páginas, incluindo tabelas e anexos. Envio até 25/11.

Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Data		Conteúdo	Professores
11/11	Manhã	Fundamentos Econômicos para as Políticas Públicas Política Macroeconômica	José Luiz Pagnussat
	Tarde	Política monetária e o combate à inflação Política Fiscal e desenvolvimento	Flávio A.C. Basílio (Assessor de Assuntos Econômicos do MF) Pedro Jucá Maciel (Chefe da Assessoria de Assuntos Econômicos/MF)
12/11	Manhã	Política de comércio exterior, câmbio e balanço de pagamentos Política Industrial e Desenvolvimento	José Luiz Pagnussat Alexandre Comin (Diretor do Depart. de Competitividade Industrial/ DECOI/Mdic)
	Tarde	Agricultura e Desenvolvimento Econômico Debate sobre as tendências da agricultura e a política agrícola brasileira	José Garcia Gasques (Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico do MAPA) José Luiz Pagnussat
13/11	Manhã	Políticas de Infraestrutura e Desenvolvimento.	Elder Linton Alves de Araújo (Unid. de Estudos Econômicos/ Assec/MP) Ian Ramalho Guerriero (Unidade de PPP/ Assec/MP)
	Tarde	Estratégia Atual de Desenvolvimento Econômico. O Papel das Políticas Sociais no Desenvolvimento Econômico.	Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari (Unid. de Estudos Econômicos/ Assec/MP) Emílio Chernavsky (EPPGG - Assec/MP) José Luiz Pagnussat



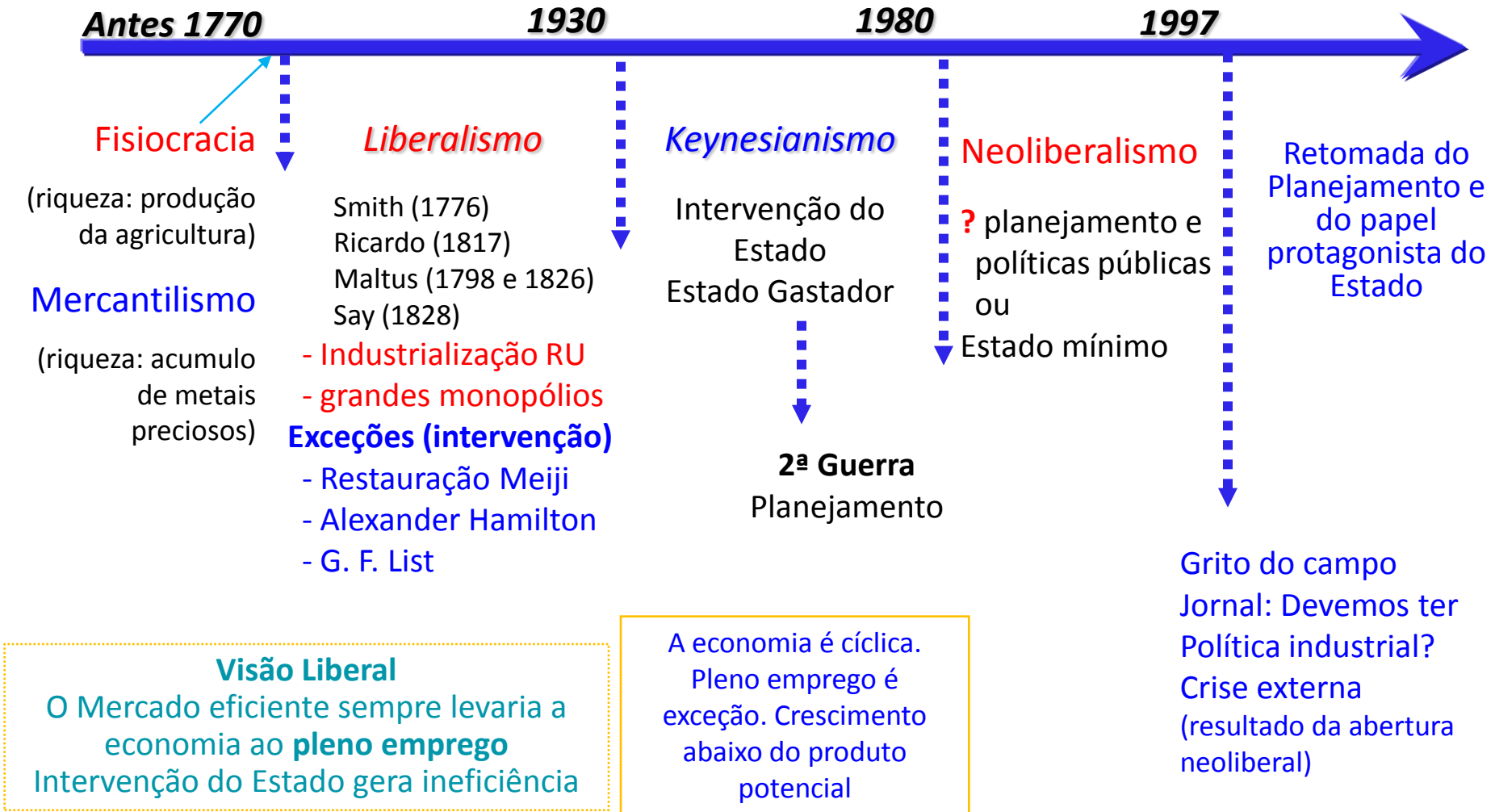
Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico

AULA 1

Fundamentos Econômicos para as Políticas Públicas

Estado e Desenvolvimento

Perspectiva histórica



Fundamentos Teóricos

Para a intervenção do Estado

Pensamento LIBERAL (mais mercado e menos Estado)

- Bens públicos puros e falhas de mercado
- Predominância até 1930

Revolução Keynesiana e o Estado do Bem Estar Social

- Razões econômicas para a intervenção do Estado
- Bens meritórios e a expansão da oferta de políticas públicas
- Estado promotor do desenvolvimento
- Predominância de 1930 a 1980

Neoliberalismo (crise do Estado interventor)

- Privatizações (empresas, infraestrutura e serviços), abertura econômica
- Predominância anos 1980 e 1990

Retomada do papel do Estado (final dos anos 1990)

- Fracasso do neoliberalismo (sucessão de crises e baixo crescimento)
- Retomada do planejamento estatal

Pensamento LIBERAL (até 1930)

Lei de SAY: “toda oferta cria sua própria demanda”

“Laissez faire” “Mão invisível”

As forças de mercado levam a economia ao equilíbrio de pleno emprego (na fronteira de possibilidades de produção)

Visão de que o mercado é eficiente o Estado não deve intervir

O Estado deve ofertar apenas os “bens públicos puros” (não rivais e não excludentes) => defesa, segurança pública, justiça, diplomacia, administração pública, algumas infraestruturas

=> ESTADO MÍNIMO

No Comércio Internacional Teoria Liberal

(cada país deve se especializar na produção dos bens para os quais apresentava vantagens absolutas - SMITH , 1776 // relativas - David Ricardo, 1817)

Bem Público

Bens públicos são aqueles que atendem às características:

- não excluível (não é possível excluir as pessoas de usar o bem, ou seja, os que não querem pagar também se beneficiam do bem = caronas) e
- não rival (várias pessoas podem desfrutar do bem sem prejuízo uma das outras)

Nestes casos a economia de livre mercado (setor privado) não consegue ofertar estes bens, são, portanto, “típicos de Estado”.

Exemplos de bens públicos:

- Segurança Pública, Defesa, Diplomacia, Justiça, Administração tributária
- iluminação pública (ex. bairro)
- alguns investimentos em infraestrutura de difícil cobrança

Expansão do Estado

Razões (Micro) econômicas para a intervenção do Estado

- Além dos Bens Públicos Puros outras Falhas de Mercado

As **Falhas de Mercado** ocorrem quando os mecanismos de mercado, funcionando livremente, proporcionam resultados econômicos não eficientes ou (menores que o desejável) do ponto de vista social. **As falhas são provocadas basicamente pelas imperfeições do mercado**, tais como: **bens públicos** (não excludentes e não rivais), existência de **externalidades** (se positivas = **bens meritórios**) e ocorrência de estruturas de mercado com **concorrência imperfeita** (**monopólios e oligopólios**), **informação incompleta** dos agentes econômicos (demandantes ou ofertantes), **custos de transação elevados**,

Falhas de Mercado

- Monopólio, oligopólios
 Cartel, Conluio, Dumping, Preço predatório
- Bens meritórios
- Externalidades (positiva e negativa)
- Assimetria de Informação (quando um dos agentes envolvidos na transação econômica detêm informações qualitativa e/ou quantitativamente superiores aos da outra parte)

Problemas sociais

Concentração de Renda

Instabilidade/ crises econômicas

Falhas de Mercado e os novos papéis do Estado

Bens meritórios

Bens meritórios - se caracterizam pelos efeitos altamente positivos para o conjunto da sociedade, quando consumidos em níveis mais adequados e por todos os cidadãos (externalidades positivas)

Ex. educação, saúde, estradas, ciência e tecnologia, infraestrutura, etc

Bens meritórios (a maioria dos bens que tem externalidades positivas são meritórios)

Educação, saúde, assistência social;

Infraestrutura (construção de estradas, portos, aeroportos, etc)
ciência e tecnologia.

Bens meritórios: bens que o Estado obriga os indivíduos a consumirem

Cinto de segurança

FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço)

Proibição de fumo, drogas, etc

Teorias do crescimento
Resíduo de Solow
Modelos endógenos
- Saúde e educação

Problemas sociais

Pobreza; alta **concentração de renda**; **déficit habitacional**, **acesso à água**, **esgotamento sanitário**; grande número de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola; proliferação das **doenças de massa** (doenças da pobreza)

Expansão do Estado

Crise de 1929 e a revolução Keynesiana

- A crise de 1929 decreta a falência da Economia Liberal
- Keynes traz os argumentos para a intervenção do Estado com o objetivo de conduzir a economia ao pleno emprego
 - A expansão do Estado gastador
- Surgimento do *Welfare State* (Estado do Bem Estar)
- *New Deal* (a solução norte-americana para sair da crise - F. D. Roosevelt)
 - => Frentes de trabalho; Obras públicas
- Kennedy/ Lyndon Johnson (Estado gastador, grandes investimentos públicos)
- Plano Marshal (pós-guerra)
- Planos quinquenais (vários países)
- “Tigres Asiáticos”
- Planejamento na URSS:
 - ⇒ NEP - Nova Política Econômica (1921 a 1928) - Criação da GOSPLAN - Comissão Estatal de Planejamento
 - ⇒ Planos Quinquenais (a partir de 1928)

Plano e Metas
PNDs

Fundamentos da Teoria Keynesiana

Keynes - para sair da crise (anos 1930) os governos têm que gastar. O gasto do governo amplia a demanda por bens e serviços, com isso haverá mais produção e mais emprego => os trabalhadores empregados recebem seus salários e vão comprar => mais produção => mais emprego e demanda => mais produção(efeito multiplicador)

O nível de renda (produto) e de emprego em que opera a economia é determinado pelo nível da **demanda agregada**
princípio da demanda efetiva

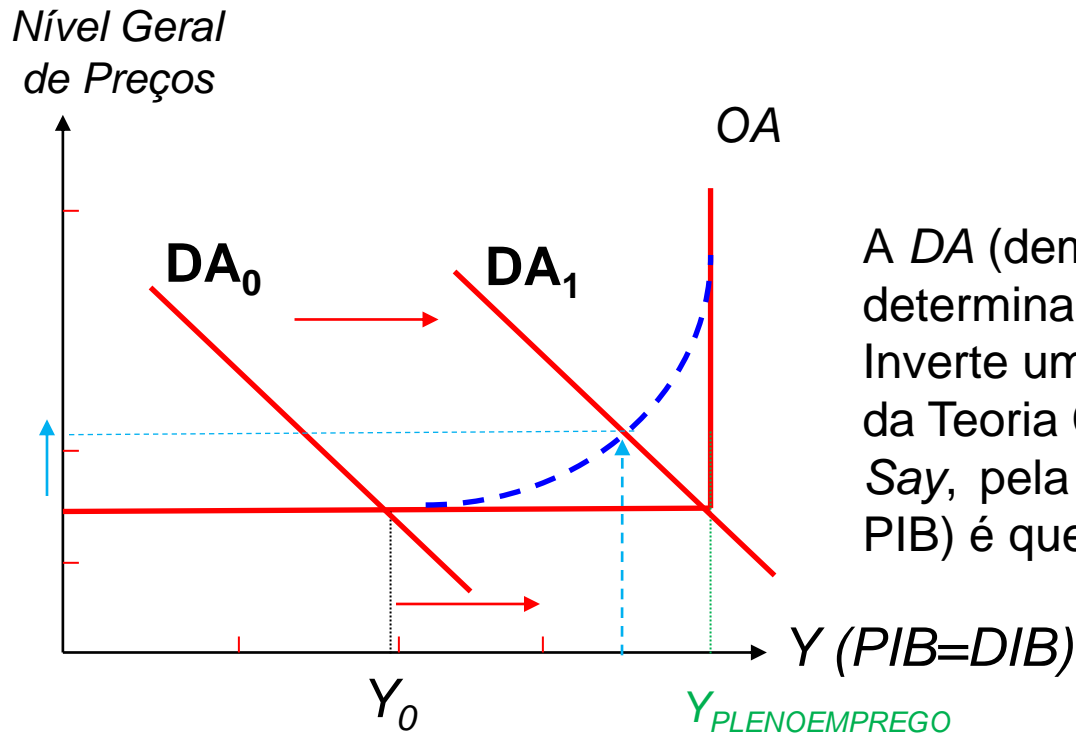
$$\Rightarrow \text{PIB} = C + I + G + X - M$$

Componentes da demanda:

- C = Consumo
- I = Investimento
- G = gastos do governo
 - T = tributos (afeta a renda disponível para C e I)
- X = exportações de bens e serviços
- M = importações de bens e serviços

Hipóteses do Modelo Keynesiano Básico

Expansão da demanda gera crescimento do PIB



PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA

A DA (demanda agregada = $C+I+G+X-M$) determina a produção (Keynes).
Inverte um dos principais postulados da Teoria Clássica, a chamada *Lei de Say*, pela qual a OA (oferta agregada = PIB) é que determina a procura.

Esse modelo levou os países a gastar (ofertar políticas públicas – saúde, educação, previdência, infraestrutura => ANOS DOURADOS = elevado crescimento econômico e social (e crescimento da carga tributária e do endividamento dos Estados) => início da crise fiscal e do neoliberalismo ...

Teoria das Finanças Públicas (Musgrave , Richard A., 1959)

Os objetivos do Gasto Público e as funções do governo

As Funções do Governo:

- **Alocativa:** Utilização dos recursos totais da economia, incluindo a oferta de bens públicos, podendo criar incentivos para desenvolver mais certos setores em relação a outros
- **Distributiva:** Combate os desequilíbrios regionais e sociais, promovendo o desenvolvimento das regiões e classes menos favorecidas
- **Estabilizadora:** Escolhas orçamentárias na busca do pleno emprego dos recursos econômicos; da estabilidade de preços; do equilíbrio da balança de pagamentos e das taxas de câmbio, tudo isso visando o crescimento econômico em bases sustentáveis (contas públicas)

Dados do Crescimento do Estado

Participação da Despesa Governamental no PNB ou no PIB (%).

Ano	França	Alemanha	Japão	Suécia	Inglaterra	EUA
1880	15	10	11	6	10	8
1929	19	31	19	8	24	10
1960	35	32	18	31	32	28
1985	52	47	33	65	48	37

Fonte: Banco Mundial - Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991, p. 158.

O aumento do Gasto Público significa maior oferta de Políticas Públicas e o resultado foi maior crescimento econômico e bem estar

Políticas de Intervenção do Estado

I CORTE: Setorial/ Nacional

. Econômicas

- Macroeconômicas (Objetivos: estabilização, desenvolvimento e distribuição)
 - Fiscal; Monetária (juros, emissões, etc); Cambial
 - de preços; de rendas (salarial)
- Setoriais (de desenvolvimento – objetivo: crescimento)
 - Agrícola; Industrial; Comércio exterior; de infra estrutura (SNV)
 - Desenvolvimento Ciência e Tecnologia (disseminar), etc

. Sociais

- Educação, Saúde, Saneamento, assistência social, habitação, etc

II CORTE: Dimensões

- Regionais e urbanas (diferenças regionais; áreas urbanas especiais)
- Científica e Tecnológica (produção do conhecimento)
- Ambiental (equilíbrio ambiental; desenvolvimento sustentado)

Políticas Públicas Hegemônicas

- Políticas econômicas (ex. estabilização = curto prazo)
- Políticas Sociais compensatórias (ex. fome zero, bolsa família)

Políticas Públicas Emergentes

- Política ambiental
- Políticas de desenvolvimento de ciência e tecnologia

Retomada do Pensamento LIBERAL (anos 1980/90)

“Neoliberalismo”

=> Reformas do Estado

=> Consenso de Washington

- a) abertura mercados importações;
- b) privatizações das empresas estatais;
- c) livre movimentação capitais especulativos;
- d) prioridade absoluta pagamento dividas externas;
- e) abertura sistema previdenciário às seguradoras privadas;
- f) flexibilização da legislação trabalhista

Impactos:

- Redução do Estado (privatizações);
- desregulação;
- abertura externa (financeira, comercial)

Consequências: estagnação; crises (instabilidade); desequilíbrio externo

Privatização

Fase 1 – Mercados Competitivos

- empresas que produzem bens também produzidos pelo setor privado (Siderurgia, mineração, petroquímica, etc)

Fase 2 – Infraestrutura

- Telecomunicações
- Portos
- Elétricas
- Água
- Rodovias

Fase 3 – Setores Sociais

- Seguro Social
- Saúde
- Educação

Razões econômicas para a intervenção do
Estado

Objetivos de Longo Prazo
(Estratégia de desenvolvimento)

Estado e Desenvolvimento

A história econômica revela presença crescente do Estado na economia e revela ainda que os países que adotaram programas de desenvolvimento nos anos mais recentes tiveram resultados mais rápidos.

Dados selecionados do Banco Mundial mostram que enquanto na revolução industrial inglesa o período necessário para a duplicação da produção per capita levou 58 anos (1780 a 1838), os EUA levaram 47 anos (1839 a 1886) para fazer o mesmo, e o Japão levou 34 anos (1885 a 1919).

O Relatório do Banco Mundial de 1991, destaca, ainda, que no pós-guerra, muitos países dobraram a sua produção per capita mais rapidamente e em períodos cada vez menores: O Brasil levou 18 anos (1961 a 1979), a Indonésia 17 anos, a República da Coreia 11 e a China 10 anos.

Períodos de Duplicação da Produção Per capita, Países Selecionados.

País	Período	Nº de anos
Reino Unido	1780-1838	58
EUA	1839-1886	47
Japão	1885-1919	34
Turquia	1957-1977	20
Brasil	1961-1979	18
Rep. da Coreia	1966-1977	11
China	1977-1987	10

Fonte: Banco Mundial, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991, p. 14.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991, do Banco Mundial, destaca que "uma das lições mais valiosas refere-se à interação do Estado e do mercado no estímulo ao desenvolvimento..." e acrescenta que "... a experiência mostra haver mais probabilidade de êxito na promoção do desenvolvimento econômico e na redução da pobreza quando os governos complementam os mercados..." (p. iii).

Estratégia de Desenvolvimento

Brasil (Estratégia da Substituição de Importação)

- A **industrialização** como sinônimo de desenvolvimento.
 - A **agricultura** cumpre funções para viabilizar a industrialização (alimentos baratos, gerar divisas, fonte de capital, libera mão de obra e ser mercado).
- A partir dos **anos 30** e, em especial, nas décadas de 50 a 70, fortaleceu-se a ideia que a industrialização ocorreria se os **mercados domésticos fossem protegidos** (Estratégia da Substituição de Importação)

Japão

- O **domínio de tecnologias avançadas** como sinônimo de desenvolvimento.
- A partir da restauração da dinastia Meiji expande-se o gasto do Estado Japonês com políticas que propiciam a captação de tecnologias (estudantes Japoneses no exterior, técnicos estrangeiros trabalhando no Japão, alfabetização, etc)

Tigres asiáticos (Coréia, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Malásia, Tailândia e Indonésia)

- “**crescimento para fora**” (investimentos em setores competitivos).

EUA, Alemanha (Alexandre Hamilton; J. F. List)

- **Proteção à indústria nascente** (setores considerados estratégicos).

Estratégia de Desenvolvimento (até 1980 e pós 90)

Estabilização (década de 80)

Modelo Primário Exportador



- Período: **até 1930**
- setor dinâmico: exportador (produto primário)
- ciclo da cana, ouro, café, etc.

Industrialização Substitutiva de Importação - ISI



- Período: **1930 à 1980** (grande crescimento)
- Economia fechada (mercado interno)
- Fases: Implantação da ISI (auge = Plano de Metas de JK), Milagre econômico (1967-73) e ilha de prosperidade (II PND – 1974-80)

Anos 80 - Estabilização



- **Período: anos 80** (década perdida = baixo crescimento do PIB, inflação alta)
- Planos de estabilização externa (crise dívida)
- Planos de estabilização (inflação alta) – Planos Cruzado; Bresser; Verão; e Collor.

Modelo Neoliberal – Abertura da economia e redução do Estado



- Período: 1990 à 2002 (baixo crescimento)
- Economia aberta (crises internacionais)
- Abertura da economia ao capital financeiro; privatizações; controle da inflação (Plano Real)

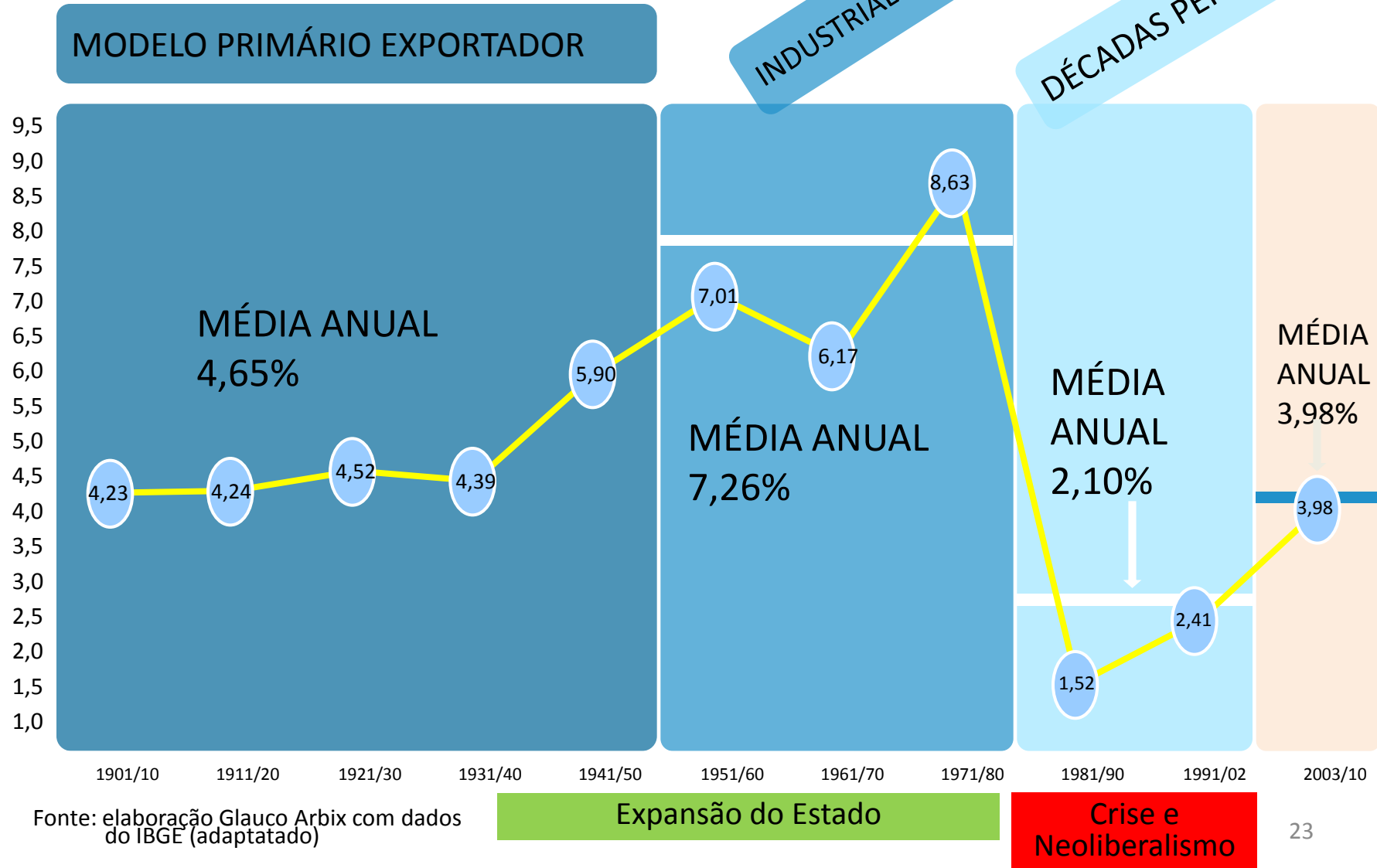
Modelo de Consumo de Massa



- Período: anos 2000 (crescimento médio)
- Aumento do gasto social e transferências de renda (Bolsa família, SM/ Previdência, Saúde, Educ.)
- Pol. Econ.: Metas de inflação; superávit primário e câmbio flutuante (=> inflação baixa)

O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: PERSPECTIVA HISTÓRICA

TAXAS MÉDIAS DO CRESCIMENTO DO PIB REAL 1901/2010



Fonte: elaboração Glauco Arbix com dados do IBGE (adaptado)

ANEXO

Leituras e comentários

Razões do crescimento das despesas públicas

Giacomoni (Cap. 1 – Crescimento das despesas públicas p. 19-36)

Lei de Wagner, também conhecida como a “Lei dos Gastos Públicos Crescentes”, postula que o crescimento na atividade econômica causa um aumento nas atividades governamentais, que por sua vez aumenta os gastos públicos. A Lei postula que:

- (i) um aumento da renda nacional de um país leva a um crescimento dos gastos públicos;
- (ii) a extensão das funções do Estado leva a um aumento nos gastos públicos em administração e regulação da economia; e
- (iii) o aumento nos gastos públicos é mais do que proporcional ao aumento da renda nacional, resultando em uma relativa expansão do setor público.

Em resumo, a Lei de Wagner examina a tendência de longo prazo entre gastos públicos e crescimento econômico, onde o crescimento econômico leva a uma grande expansão do setor público.

Segundo Wagner (1890), aumentos das atividades do Estado e correspondente aumento nos gastos públicos são uma consequência do crescimento econômico devido a:

- (a) **fricção crescente**, a qual causa um aumento da demanda de **serviços administrativos e legais**;
- (b) a **ineficiência fundamental da iniciativa privada**, obrigando a autoridade pública a fornecer bens e serviços de qualidade superior à medida que a sociedade se enriquece; e
- (c) alta elasticidade-renda da demanda por serviços coletivos ou quase-coletivos.

BIRD:

- 1.o crescimento das funções administrativas e de segurança;
- 2.as crescentes demandas por maior bem-estar social, especialmente educação e saúde;
- 3.a maior intervenção direta e indireta do governo no processo produtivo.

COLM, G – analisa os governos estaduais e municipais americanos:

- a necessidade de serviços públicos;
- o desejo de melhores serviços públicos;
- os recursos disponíveis para utilização pelo governo; e
- o custo dos serviços públicos.

Razões do crescimento das despesas públicas

Giacomoni (Cap. 1 – Crescimento das despesas públicas p. 19-36)

.....

Hipótese do limite fiscal

- a demanda de bens e serviços públicos por parte dos indivíduos é anulada pela não-disposição dos mesmos indivíduos de contribuir (pagando mais tributos) => equilíbrio encontrado em períodos de normalidade
- em períodos de excepcional gravidade (guerras, por exemplo, depressões econômicas, surtos inflacionários agudos) os indivíduos reconhecem a importância da ação pública e aceitam pagar mais imposto => após a crise continuam aceitando => novo equilíbrio (efeito translação);
- análises empíricas não confirmaram (o efeito translação ou efeito limite) para a economia americana;

Outros argumentos:

- o crescimento da renda percapita e o aumento da demanda por bens e serviços públicos (lazer, educação superior, programas culturais, medicina sofisticada, etc);
- mudanças tecnológicas (gastos militares, programas espaciais, etc)
- mudanças populacionais (terceira idade, urbanização, etc)
- Os custos relativos dos serviços públicos;
- mudanças no alcance das transferências (previdência, ampliação dos benefícios – médico-hospitalares, seguro desemprego, etc)
- disponibilidade de alternativas para tributação (novos impostos, modernização da máquina tributária)
- Efeito limite e finanças de guerras
- fatores políticos e sociais (sociedade mais organizada <= urbanização)

TEÓRICOS (Bens públicos/ falhas de mercado, bens meritórios, Keynes a intervenção econômica)

Crescimento e Desenvolvimento

- **Curto prazo** – foco de estudo da **macroeconomia** (e da política macroeconômica), conforme divisão da maioria dos livros textos de economia.
 - Nível de atividade, emprego, preços, etc (Políticas de estabilização)
- **Longo prazo** - as questões de são discutidas, chamamos esta parte da Macroeconomia de **Teoria do Crescimento e Desenvolvimento Econômico**.
- **Conceitos:**
 - **Crescimento Econômico:** é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo.
 - **Desenvolvimento Econômico:** é um conceito qualitativo, representada pela melhora de indicadores de bem-estar econômico e social
 - Pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, nutrição, educação e moradia.

Teoria do Crescimento e do Desenvolvimento

Suposição:

Recursos estejam plenamente empregados
(Análise do produto potencial, ou de pleno emprego)

Fontes de Crescimento:

elementos que constituem (modificam) a Função de Produção Agregada (Capital e Mão de Obra):

- **Aumento da força de trabalho (crescimento demográfico/imigração)**
Quantidade de mão de obra : Crescimento demográfico ou da imigração;
- **Aumento do estoque de capital (ou capacidade produtiva)**
Aumento da capacidade produtiva (máquinas, fábricas, infraestrutura);
- **Melhoria na qualidade da mão-de-obra (via educação/treinamento)**
Educação, treinamento e especialização; saúde;
- **Melhoria tecnológica**
que aumenta a eficiência na utilização do capital;
- **Eficiência organizacional (interação eficiente dos insumos)**
Eficiência na forma como os insumos interagem.

Fontes de Crescimento

- Outra forma de análise é enfatizar os fatores estratégicos para o crescimento:
 - **Capital Humano**: é o valor da renda potencial incorporado nos indivíduos.
 - Inclui a **habilidade inerente** à pessoa e o talento, assim como a educação e as **habilidades adquiridas**.
 - O problema para os países em desenvolvimento é que é extremamente difícil acumular fatores de produção, capital humano e físico (**circulo vicioso da pobreza**)
 - **Capital Físico**: Tem sido sempre o centro das explicações para o progresso. (Maquinário e Tecnologia).
 - **Relação produto capital**: é a relação entre a variação no produto e a variação na capacidade produtiva

Financiamento do desenvolvimento

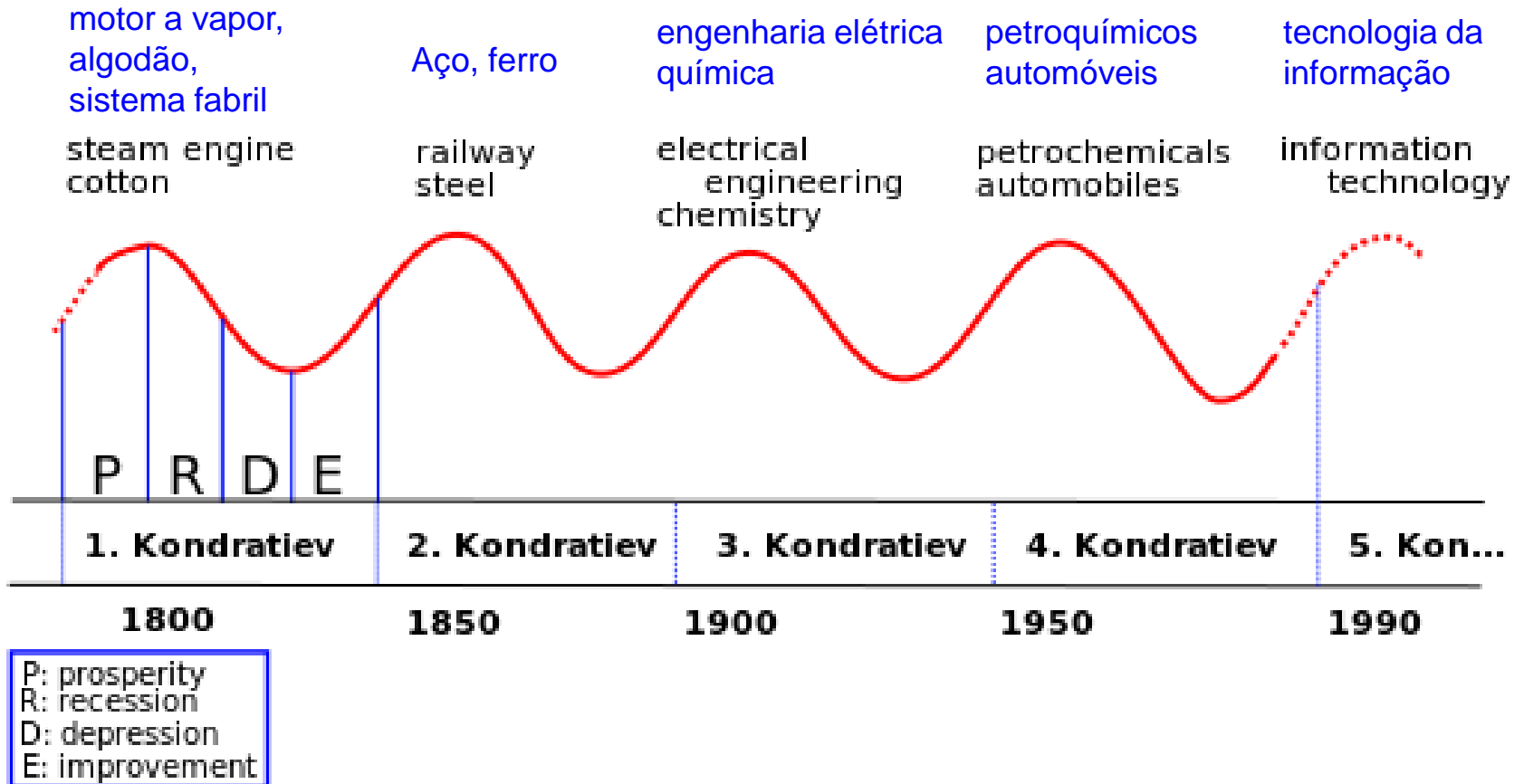
- Para investir, um país pode tanto utilizar:
 - **Poupança interna**: nesta opção deve se dar atenção a estímulos para poupança na sociedade
 - Ou as famílias não gastam toda a renda.
 - Ou o governo cobra mais impostos.
 - **Poupança estrangeira**: por meio de empréstimos.
- Em economias **socialistas**: **Poupança obrigatória** – caso China (uma das bases de seu crescimento)
- Em países em desenvolvimento: **Atrair poupança estrangeira**:
 - Investimento direto: Multinacionais, parcerias, etc...
 - Tomar emprestado: mercado de capitais ou instituições como Banco Mundial
 - Ajuda externa

Estágios de Desenvolvimento

- Para **Clark**: Primeiro estágio **setor primário** (agropecuária), segundo estágio **setor secundário** (manufaturados), terceiro estágio **setor terciário** (comércio e serviços).
- Para **Kuznets**: haveria **concentração de renda** nos estágio iniciais, mas que **reduziriam** a medida que as **desigualdades na mão-de-obra seriam minimizadas**.
- Uma aplicação das formulações de Kuznets é a **Teoria de Etapas de Rostow**:
 - **Sociedade tradicional**. (agrária com pouca tecnologia)
 - **Pré-requisitos para o arranco**.
 - Melhorias na acumulação de capital, na qualificação da mão de obra. Aumento da atividade agrícola. Investimento em infra estrutura
 - **Arranco ou decolagem (*take off*)**
 - Aumento no investimento líquido, surgem novos segmentos industriais (bens duráveis, melhora no estrutura político social.
 - **Crescimento auto-sustentável**.
 - Amadurecimento de tecnologias e habilidades empresariais.
 - **Idade de consumo de massas**.
 - Produção de bens de consumos duráveis de alta tecnologia e serviços.

Ciclos Econômicos

Ondas longas de Kondratiev



Nikolai Dmitrijewitsch Kondratieff (1892/1938)
Joseph Alois Schumpeter (1883/1950)

Recomendação de leitura pós curso

Primeiro texto da coletânea de Planejamento e Orçamento

– *Dois séculos de teoria do planejamento: uma visão de conjunto* –

(esse texto é o Capítulo 2 do livro do Professor John Friedmann **Planning in the Public Domain: from knowledge to action**, publicado em 1987 pela Princeton University Press)

Teoria do Planejamento

Primeiro texto da coletânea – ***Dois séculos de teoria do planejamento: uma visão de conjunto*** - é o Capítulo 2 do livro do Professor John Friedmann **Planning in the Public Domain: from knowledge to action**, publicado em 1987 pela Princeton University Press.

Esse trabalho constitui excelente síntese das ideias e fundamentos teóricos sobre planejamento no âmbito da administração pública.

O texto reúne dois séculos de história do pensamento sobre planejamento, e está organizado de maneira a relacionar diferentes linhas teóricas e/ou abordagens.

As correntes de pensamento sobre planejamento

O Professor Friedmann classifica os autores em uma escala contínua de valores sociais, desde a ideologia conservadora, passando pelo utopismo até o anarquismo.

Ele identifica quatro categorias ou correntes de pensamento: análise de políticas, aprendizagem social, reforma social e mobilização social.

Análise de Políticas

mais conservadora, inclui os autores ligados à análise de sistemas, à economia neoclássica e suas vertentes na economia do bem-estar, na ciência política e à administração pública. Nesta corrente, os planejadores consideram que, usando as teorias científicas e as técnicas matemáticas apropriadas, podem identificar e calcular com precisão as melhores soluções. O planejamento caracteriza-se como uma forma de tomada de decisão antecipada, um processo cognitivo que utiliza a razão técnica para explorar e avaliar possíveis linhas de ação. Os autores da área da “análise de sistemas” trabalham, principalmente, com modelos quantitativos, técnicas de otimização, modelos de prognóstico, etc. A maior parte da investigação de futuro se apoia na análise de sistemas.

A área da “ciência política” é herdeira de uma larga tradição intelectual. A lógica que possui deriva em grande parte da economia neoclássica, com os diversos ramos de economia do bem estar e a teoria de eleição social. Os autores examinam temas concretos de políticas públicas para a análise socioeconômica. Os conceitos de seu repertório incluem a análise de custos e benefícios, o orçamento base-zero, a rentabilidade e a avaliação de programas. Enquanto os autores da “administração pública” têm trabalhos importantes sobre as condições para o êxito e a relação do planejamento com a política.

A segunda corrente – Aprendizagem Social –

atribui especial relevância à ação. O conhecimento que deriva da experiência se valida na prática e, portanto, é integralmente uma parte da ação. Centra sua atenção nos processos sociais, examina os problemas na perspectiva de um agente comprometido com a prática, põe em relevo o papel de mediador dos grupos menores. Utiliza o conceito de entorno social como categoria para análise das situações de aprendizagem e destaca a importância crucial do diálogo para a prática social. A origem desse enfoque, segundo o Professor Friedmann, esta nos autores da administração científica (Taylor, Follett, Person, Mayo, etc) e se consolida com o surgimento de novo campo de análise o “desenvolvimento organizacional”.

Reforma Social

A corrente da **Reforma Social** é, segundo o Professor Friedmann, central na teoria do planejamento. Agrupa várias linhas da teoria sociológica, a Escola Histórica Alemã, a Economia Institucional e o Pragmatismo. É o berço da concepção moderna de planejamento. Surgiu na França, no início do século XIX, e teve como representante de destaque Claude-Henri De Rouvroy, Conde de Saint-Simon (1760-1852), , teórico social e um dos fundadores do chamado “socialismo cristão”. Saint-Simon vislumbrou uma nova sociedade humanitária, libertada das correntes do feudalismo, e desenvolveu uma filosofia social preocupada com a relação entre ideias e instituições, partindo do pressuposto de que o estado de conhecimento de uma sociedades determina a forma de sua organização. O pensamento de Saint-Simon influenciou profundamente a sociologia desenvolvida por August Comte, que, por intermédio de uma perspectiva evolucionista e positivista, vinculou a ideia do planejamento a progresso e às etapas da história. De acordo com essa sociologia, os planejadores, conhecendo as “leis do movimento histórico”, organizariam os meios eficientes para que se atingisse o progresso. Comte acreditava que a sua “ciência da sociedade” levaria o mundo pelo caminho seguro do progresso social. Nesta corrente Friedmann inclui, ainda, as obras dos grandes macrosociólogos e economistas políticos do século XX, entre eles Max Weber, Karl Mannheim, Rexford G. Tugwell e, mais recentemente, Charles Lindblom, Amitai Etzioni e Hervey S. Perloff.

Em linhas gerais, os autores dessa corrente entendem o planejamento como a aplicação do conhecimento científico aos assuntos públicos e preconizam uma forte presença do Estado nesse processo, desempenhando um papel condutivo e/ou mediador. Constitui preocupação dos teóricos dessa linha, a pesquisa, busca e elaboração de instrumentos necessários ao Estado para dirigir a economia em função do interesse público.

Reforma Social

.....

Com relação à Escola Alemã, cabe destacar as contribuições de Georg Friedrich List. List foi um enérgico defensor da ativa intervenção do Estado no desenvolvimento das forças produtivas nacionais e crítico do liberalismo comercial inglês. Esse pensador propunha a proteção da indústria nascente e via na industrialização o meio para superar o atraso econômico. Seus argumentos teóricos fundamentaram, a partir da segunda metade do século XIX, as políticas econômicas de alguns países, hoje industrializados, e, certamente, influenciaram a orientação da CEPAL para a industrialização da América Latina no pós-guerra. Entre os precursores do protecionismo à indústria nascente não se pode deixar de destacar Alexander Hamilton, Secretário do Tesouro Americano durante o Governo de George Washington (1790), que foi um incansável defensor da intervenção do Estado para apoiar o crescimento da produção privada.

A Escola Alemã influenciou, ainda, a industrialização do Japão. Após a reforma Meiji, em 1868, o paradigma adotado pelos japoneses foi a Alemanha “bismarckiana”, visando romper o atraso mediante a construção de um Estado nacional moderno e a criação de uma sociedade industrializada.

Incluiu-se também na corrente da Reforma Social os autores da Escola de pensamento Econômico Institucional, com destaque para Thorstein Veblen, Wesley Clair Mitchell, Wassily Leontief, Simon Smith Kuznets, John Kenneth Galbraith, dentre outros.

A quarta corrente – **Mobilização Social** –

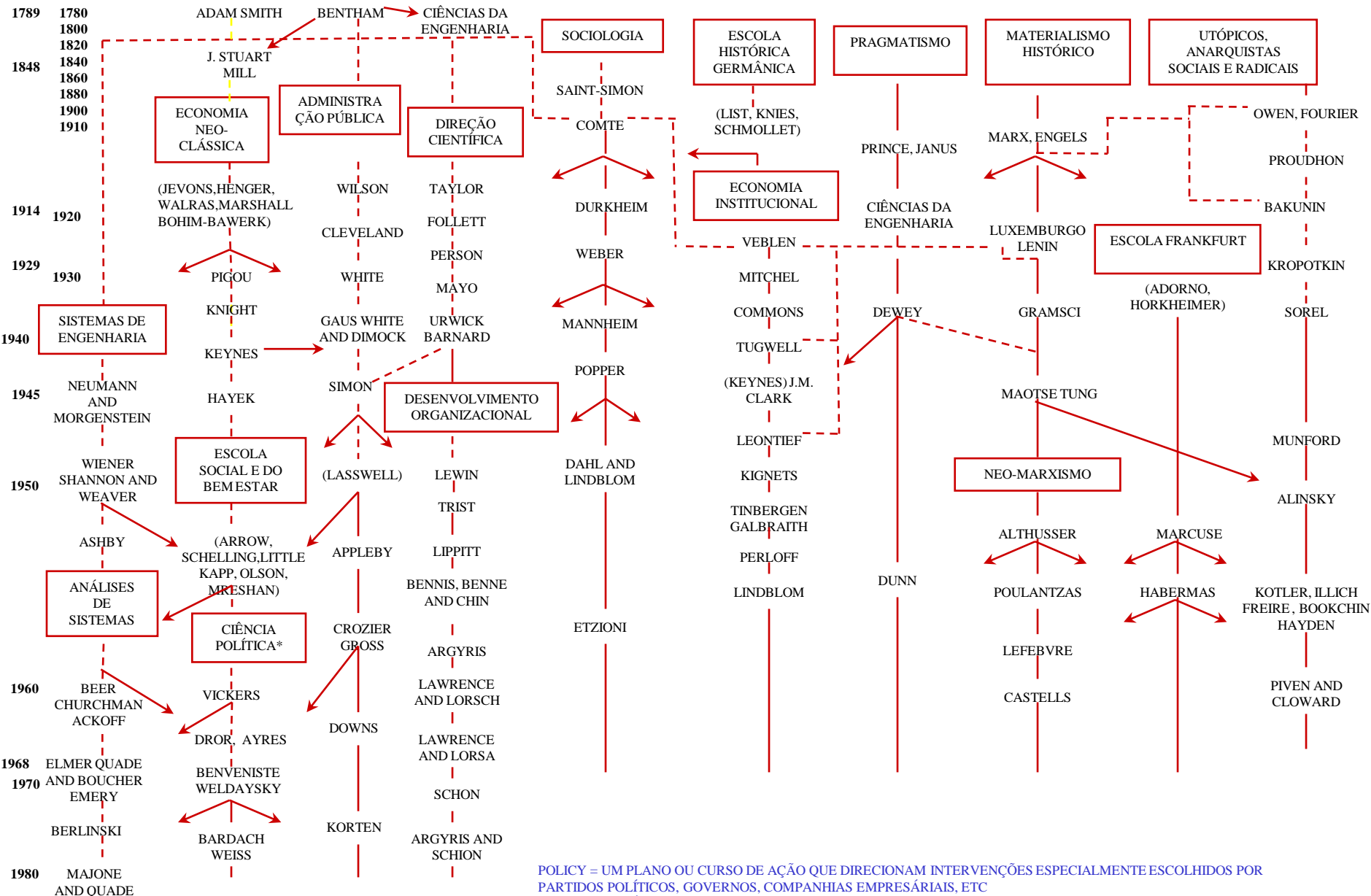
resulta da interação de três outras linhas de pensamento: a marxista, a anarquista e a utópica. Nessa corrente localizam-se os pensadores que buscaram a transformação ou transcendência das relações de poder existentes na sociedade civil. O discurso adotado por esses pensadores é francamente político e não se dirigia à classe dominante, mas aos que levavam a cabo a luta revolucionária: o proletariado urbano. Os três movimentos políticos – utopismo, anarquismo e materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels – influenciaram os principais autores da Mobilização Social, que formularam uma crítica radical e de grande alcance às condições impostas pelo capitalismo industrial, às suas contradições, às suas injustiças e à exploração da classe trabalhadora pelo modo de produção capitalista.

Os “socialistas utópicos”, entre eles Robert Owen e Charles Fourier, foram os primeiros críticos da sociedade capitalista, nascente com a revolução industrial, que “provocava a ruína de artesões e camponeses”.

Os anarquistas pregavam a abolição do Estado e a construção de uma sociedade alternativa, onde as relações entre os indivíduos fossem livres, igualitárias e destituídas de qualquer coerção. A organização econômica proposta abolia a propriedade privada e propunha a coletivização dos meios de produção.

MACROCONTEXTO

INFLUÊNCIAS INTELECTUAIS NA TEORIA DE PLANEJAMENTO AMERICANA



POLICY = UM PLANO OU CURSO DE AÇÃO QUE DIRECIONAM INTERVENÇÕES ESPECIALMENTE ESCOLHIDOS POR PARTIDOS POLÍTICOS, GOVERNOS, COMPANHIAS EMPRESÁRIAS, ETC
 FONTE: DOIS SÉCULOS DE TEORIA DE PLANEJAMENTO: VISÃO ABRANGENTE
 JOHN PRIEDMANN

Desenvolvimento Brasileiro

PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

O desenvolvimento econômico brasileiro, até 1930, se caracterizava pela economia agrária exportadora. O centro dinâmico da economia era um produto agrícola de exportação (cana, café, etc.), os demais setores apresentavam total dependência ao comportamento do núcleo dinâmico (produto de exportação).

A partir de 1930, começa a se moldar um processo de industrialização, resultado da crise externa e da atuação do Estado no sentido de consolidar as indústrias substitutivas de importação.

O Estado intervencionista que surgiu nos anos 30, foi moldando e ampliando sua estrutura em três níveis: 1) com a criação de órgãos de formuladores de políticas públicas; 2) a expansão de órgãos permanentes da administração direta; e, 3) a expansão empresarial do Estado.

Diagnóstico:

- o Brasil era pobre por não ser industrializados (os países ricos eram industrializados)
- Industrialização = desenvolvimento

Como? – como financiar a industrialização? Como importar as máquinas? Qual mercado?

- **ISI – Industrialização por Substituição de importação**

- mercado pré-existente (classe alta importava produtos industriais)
- políticas favoráveis à industrialização (lei das similares, câmbio baixo, etc)
- tripé: Estatais + multinacional + empresas privadas nacionais
- Plano de Metas (ênfase à entrada de multinacionais) e II PND (empréstimos)

Planejamento Econômico no Brasil

- 1939 - Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (5 anos)** - Preparado pelo DASP, o Plano Especial era uma simples lista de despesas de capital, nenhum arranjo especial foi feito para a sua implementação.
- 1939 - Missão Taub** - relatório reservado: identificava a necessidade de investimentos - 4,5 bilhões (1,8 transportes, 0,5 energia..)
- 1942 - Missão Cooke** - diagnóstico da economia brasileira, defende a industrialização do centro sul e a ISI. O Brasil é visto como um aliado dos EUA.
- 1943 - Plano de Obras e Equipamentos (POE)** - revisão e atualização do anterior (DL de Vargas, final de 43), para ser implementado entre 1944/48. Ausência de indicações sobre obras planejadas. Inexistência de órgão controlador.
- 1948 - Missão Abbink** - relatório com indicações dos principais problemas da economia brasileira
- 1949 - Plano SALTE** (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) - elaborado entre 1946/47, para ser implementado entre 1949/53, enviado ao Congresso em 48 é aprovado em 50 (vigência 50/54), acabou sendo abandonado.
- 1951 - Comissão Mista** - de julho de 1951 a julho de 1953 a comissão elaborou um diagnóstico da economia brasileiro e 41 projetos a serem submetidos aos EUA e Agências Internacionais de Desenvolvimento.
- 1956 - Plano de METAS (56/60)** - baseado nos estudos - CEPAL/BNDE e CMBEU. O plano consistia em 30 metas para as áreas de energia, transportes, alimentos, indústrias básicas, educação de pessoal técnico e construção de Brasília.

INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES – ISI (1930 /80)

Destaques da ISI

Plano de Metas (JK – 1956-60)

O Plano compreendia trinta metas, agrupadas em cinco setores:

ENERGIA - energia elétrica, energia nuclear, carvão mineral e petróleo (produção e refino)

TRANSPORTE - ferroviário (reaparelhamento e construção), rodoviário (pavimentação e construção), serviços portuários e de drenagem, marinha mercante e transporte aeroviário;

ALIMENTAÇÃO - trigo, silos, armazéns frigoríficos, matadouros industriais, mecanização da agricultura e fertilizantes;

INDÚSTRIA DE BASE - siderurgia, alumínio, metais não-ferrosos (chumbo, estanho, níquel e cobre), cimento, álcalis, celulose e papel, borracha, exportação de minério de ferro, indústria automobilística, indústria da construção naval, indústria mecânica e de material elétrico pesado;

EDUCAÇÃO - formação de pessoal técnico

Brasília era a "meta síntese"

Milagre (1967-73)

II PND (1974-80)

Ilha de prosperidade em um mundo de crise

O Plano previu a retomada do Processo de Substituição de Importações nos setores de bens de capital, eletrônica pesada e insumos básicos

- Programa Siderúrgico Nacional
- Programas Setoriais:
 - Papel e celulose
 - Metais não ferrosos
 - fertilizantes
 - defensivos agrícolas
 - Produtos petroquímicos
- Proalcool (1976)
- Procarvão – Programa Nacional do Carvão
- Programa Nuclear Brasileiro (1975)
- aumento dos investimentos da Petrobrás

**Criação da CODEVASF
FINOR (NE)
FINAM (AM)
FISET (setoriais)
POLONORDESTE**

PLANO DE METAS 1957-1961

Setores e Recursos

- Energia 42,4%
- Transportes 28,9%
- Indúst de base 22,3%
- Alimentação 3,6%
- Educação 2,8%

Meta Síntese

Brasília

Plano de Metas - Principais Metas e Resultados

Ações e Metas para 1960	Metas	Realiz.	%
1. Energia Elétrica-Cap. Inst. (1000 Kw)	5.000	4.770	95,4
2. Carvão (1.000 ton)	3.000	2.199	73,3
3. Petróleo - Produção (1.000 barris/dia)	100	75,5	75,5
4. Petróleo - Refino (1.000 barris/dia)	308	218	70,7
5. Ferrovias Construção (Km)	1.500	826,5	55,1
6. Rodovias - Construção (Km)	13.000	14.970	115,1
7. Rodovias - Pavimentação (Km)	5.800	6.202	107,0
8. Aço (1.000 ton)	2.300	2.279	99,0
9. Cimento (1.000 ton)	5.000	4.369	87,3
10. Veículos Autom.-Produção (1.000 u.)	347,7	321,2	92,3
- caminhões e ônibus	170,8	154,7	90,6
- jipes	66,8	61,3	90,9
- utilitários	52,6	53,2	101,1
- automóveis	58,0	52,0	89,3%

5 - Crise da Estratégia da ISI - início dos anos 60

Os principais sintomas da crise do início dos anos 60, do ponto de vista econômico, eram:

- **aceleração inflacionária** - financiamento inflacionário do Plano de Metas (emissão de moeda) e o esgotamento da estratégia de política agrícola (a oferta de alimentos não acompanhava mais o crescimento da demanda).
- **crise no balanço de pagamentos** - redução dos investimentos diretos das multinacionais no Brasil e a pequena pauta de exportações, basicamente café, ao mesmo tempo que a pauta de importações se tornava rígida
- dificuldades de financiar a manutenção do desenvolvimento e,
- **esgotamento do mercado** e na possibilidade de substituição de importações.

Enfrentamento:

Aceleração inflacionária

- política monetária e fiscal e a mudança de estratégia de política agrícola: crédito, preços mínimos, modernização etc.

Crise do balanço de pagamentos

- mudança na política cambial (desvalorização cambial), empréstimos externos, diversificação das exportações e os subsídios e estímulos a entrada de investimentos diretos multinacionais.

Dificuldades de financiamento do desenvolvimento,

- sistema financeiro organizado e do estrangulamento dos setores que vinham financiando de forma indireta o desenvolvimento.

Esgotamento do mercado (indústria de bens de luxo = de consumo duráveis .. e outras)

- viabilização dos mercados: para a indústria de bens duráveis, o crédito direto ao consumidor associado às suaves prestações viabiliza o mercado da classe média, ao mesmo tempo em que são elevados os salários dos executivos, ampliando o grupo de privilegiados.
- A indústria de fertilizantes e máquinas agrícolas encontra um mercado fértil com a expansão do crédito rural.
- A indústria da construção civil prospera com o Sistema Financeiro da Habitação, etc.

II PND

Ilha de prosperidade em um mundo de crise

O Plano previu a retomada do Processo de Substituição de Importações nos setores de bens de capital, eletrônica pesada e insumos básicos

- Programa Siderúrgico Nacional
- Programas Setoriais:
 - Papel e celulose
 - Metais não ferrosos
 - fertilizantes
 - defensivos agrícolas
 - Produtos petroquímicos
- Proalcool (1976)
- Procarvão – Programa Nacional do Carvão
- Programa Nuclear Brasileiro (1975)
- aumento dos investimentos da Petrobrás

**Criação da
CODEVASF
FINOR (NE)
FINAM (AM)
FISET (setoriais)
POLONORDESTE**

Planejamento Econômico no Brasil

Planejamento Público no Brasil

(Fase Desenvolvimentista. Estratégia: industrialização por Substituição de Importações – ISI)

Governo Castelo Branco – prioridade para o Controle Inflacionário. **Reformas.** Propunha a Aceleração Crescimento econômico, Redução de Desigualdades e Emprego

PAEG
(1964-1966)

Governo Jango – Propunha o Crescimento Econômico, Distribuição de Renda e Redução de Desigualdades. Priorizou o combate à **inflação**

Plano Trienal
(1962)

Governo JK – Desenvolvimentista (Indústria). Metas na área de Energia, Transportes, Indústria e Alimentação

Plano de Metas
(1956/60)

Plano SALTE
(1950-1954)

Saúde, Alimentação, Transportes e Energia

Missão Taub/ 39;
Missão Cooke/42;
Missão Abbink/48;
e Comissão Mista -
COMEBEU/51

Plano de Obras e Equipamentos
(1944-1948)

Obras Públicas e Indústria de Base

Plano Especial
(1939-1944)

Obras Pública e Defesa Nacional

Planejamento Público no Brasil

Não implementado: propunha crescimento Acelerado, Controle Inflacionário, Equilíbrio Contas Externas, Equilíbrio Regional, Distribuição de Renda e Energia

III PND
(1980-1985)

“Ilha de prosperidade em um mundo de crise”
Mantém o crescimento com endividamento.
Indicava preocupação com a Inflação, Balança de Pagamentos, Distribuição de Renda

II PND
(1975-1979)

I PND
(1972-1974)

Desenvolvimento Econômico, Renda per Capita e Crescimento do PIB de 8% a.a.

Fase do “Milagre Econômico”
Elevado crescimento Econômico
(crescimento do PIB acima de 10% a.a.)

Metas e Bases
(1970-1972)

Governo Médici – Crescimento do PIB Auto-sustentado e integrado, Infra-estrutura

Programa Estratégico de Desenvolvimento
(1968-1970)

Governo Costa e Silva – Desenvolvimento Econômico e Social, Emprego e Mão-de-Obra

Plano Decenal
(1967-1976)

Primeiro Plano de Longo Prazo – Inspirado no PAEG

Planos de Estabilização (anos 80 e 90)

- Crise da Dívida e os Planos Ortodoxos:
Delfim I (1979) - Delfim II (1981) e FMI/Delfim III (1983)
 - Objetivo: Ajuste externo (equilibrar as contas externas do País)
- Planos Heterodoxos
 - Objetivo: Ajuste Interno (conter o processo inflacionário)

1986 - Cruzado I (fev.) e Cruzado II (nov)

1987 - Plano Bresser (12 de Junho)

1988 – Feijão com Arroz (jan)

1989 - Verão (jan)

1990 - Collor I (mar)

1991 - Collor II (jan)

1994 - Real

Anos 80 - Década perdida

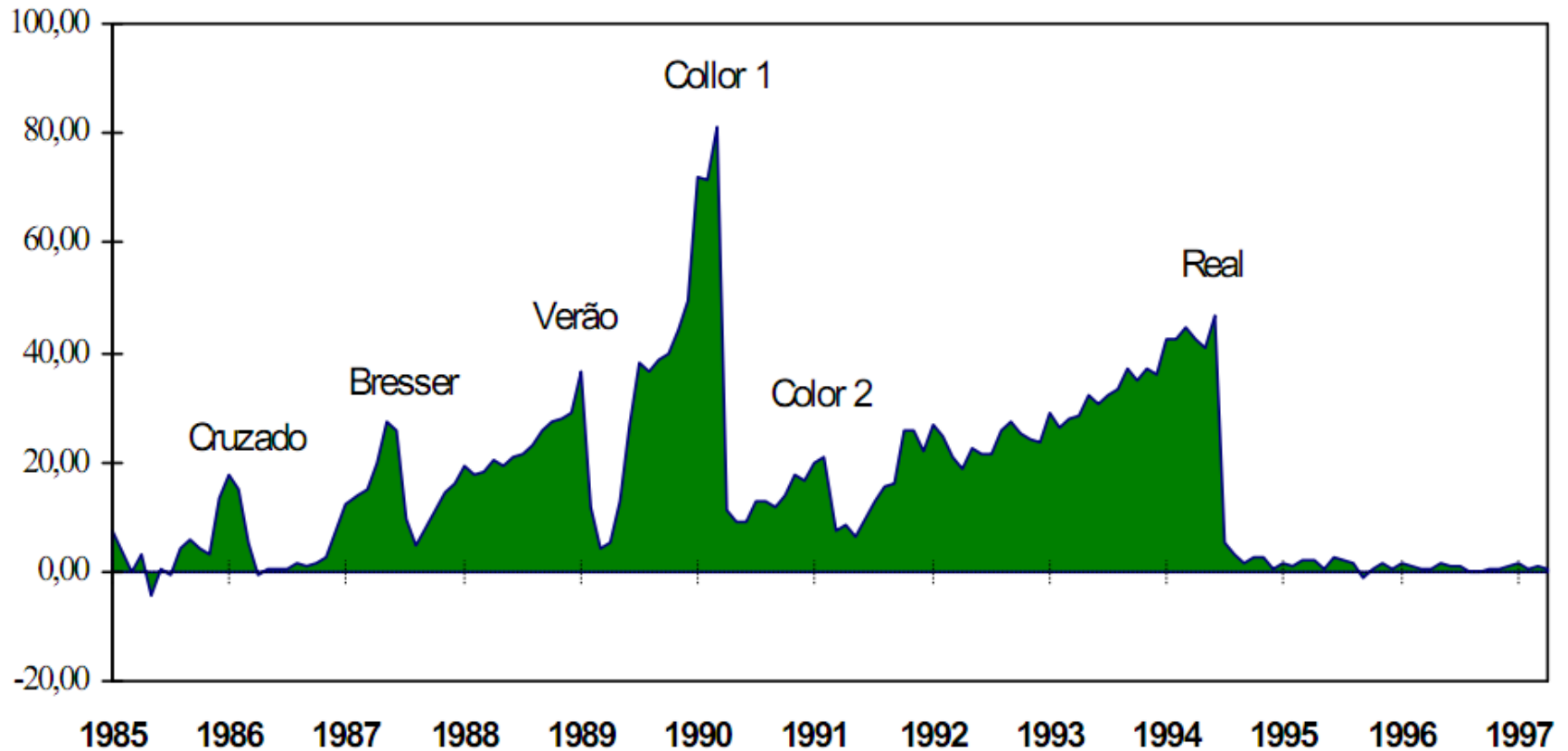
Anos 90 - Projeto Liberal

- abertura (globalização)

- redução do papel do Estado

Combate à inflação: principal objetivo pós redemocratização

Inflação Mensal (%)



IGP-DI mensal de Jan/85 a Abr/97

Década Perdida

BRASIL: PRODUTO INTERNO BRUTO REAL E PERCAPITA E TAXA DE INFLAÇÃO 1980-89

Anos	VARIAÇÃO ANUAL REAL DO PIB (%)				PIB Real Índice 1980 = 100	PIB PER CAPITA		TAXA DE INFLAÇÃO (%)	
	Agr ope- cuár ia	Indús tria	Servi ços	TOTA L		Índice 1980 = 100	Variaç ão Anual (%)	IGP- DI	INPC
1980	9,5	9,2	9,0	9,2	100,0	100,0	6,8	100,2	99,7
1981	8,0	-8,8	-2,2	-4,4	95,6	93,5	-6,5	95,2	93,5
1982	-0,2	0,2	2,0	0,7	96,3	92,0	-1,6	99,7	100,3
1983	-0,5	-5,9	-0,8	-3,4	93,0	86,9	-5,6	211,0	178,0
1984	2,6	6,4	4,1	5,0	97,7	89,3	2,7	223,8	209,1
1985	9,6	9,0	6,5	8,3	105,7	94,6	5,9	235,1	239,0
1986	-8,2	11,7	8,2	7,5	113,7	99,6	5,3	65,0	58,6
1987	15,2	1,0	3,3	3,6	117,8	101,0	1,5	415,8	396,0
1988	1,5	-2,6	2,4	0,0	117,8	98,9	2,2	1.038	994,3
1989	2,2	3,9	3,7	3,6	122,0	100,4	1,5	1.783	1.864

Planejamento Público no Brasil

Três Agendas Estratégicas: PAC, PDE e Agenda Social

PPA 2008-2011

Estratégia: “Modelo de Consumo de Massa”
Planejamento Participativo, Desenvolvimento do Modelo de Gestão

PPA 2004-2007

Nova metodologia (voltado para resultados)
Programa Unidade de Gestão, Integração Plano-Orçamento, Eixos de Desenvolvimento

PPA 2000-2003

Lei de Responsabilidade Fiscal (2000)

Fixação de limites e compatibilização entre receitas e despesas públicas

PPA 1996-1999

Eixos Nacionais de Desenvolvimento e Mecanismos de Gerenciamento – Infraestrutura Econômica, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social

PPAs são meras obrigações legais, peças pouco consideradas

PPA 1991-1995

Elaborado no Governo Collor. Visão de que o planejamento era um instrumento ultrapassado

Constituição de 1988

Instituição do **Plano Plurianual**

Planos de Estabilização (anos 80 e 90)

Planos Delfin 80 a 84 (ajuste externo).
Planos de combate à inflação: Plano Cruzado/86; Bresser/87; Verão/89; Collor/90; e Real/94.

Planos de Estabilização

- Objetivo: Ajuste Interno (conter o processo inflacionário)

1994 – Real

1º Fase - reforma fiscal - reelaboração do orçamento de 1994 e criação do Fundo Social de Emergência para 1994 e 1995.

2ª Fase - início da reforma monetária - criação da URV; conversão dos salários (pela média dos 4 meses) e prazo para adoção da URV nos novos contratos.

3ª Fase - Criação do Real (R\$ 1,00 = CR\$ 2.750,00)

Política Macroeconômica (=> recessão e desemprego).

- . Política Monetária contencionista => juros elevadíssimos => recessão e desemprego. O objetivo é conter a demanda para conter a inflação.
- . Política Fiscal - elevação da arrecadação (FSE) e contenção dos gastos
- . Política Cambial (sobrevalorização do real) => desestímulo às exportações e estímulo às importações => desequilíbrio no balanço de Transações Correntes

Privatização

FASE 1 – Mercados Competitivos

- empresas que produzem bens também produzidos pelo setor privado (Siderurgia, mineração, petroquímica, etc)

Fase 2 – Infraestrutura

- Telecomunicações
- Portos
- Elétricas
- Água
- Rodovias

Fase 3 – Setores Sociais

- Seguro Social
- Saúde
- Educação

Visão Estratégica do Desenvolvimento

Eixos do Norte (Arco Norte e Madeira-Amazônia)

Desenvolvimento Inovador
Biodiversidade

- **Novas Oportunidades**
- **Adensamento de Cadeias Produtivas**
- **Inclusão Social**
- **Recursos Humanos**

Eixo do Centro Oeste

Agropecuária/Agroindústria

Logística de Alta Capacidade

Terciário Avançado

Difusão de Competitividade

Eixos do Sudeste

Eixo do Sul

Agregação de Valor
Logística

953 projetos

R\$ 317 bilhões

-Infra-estrutura econômica

-Desenvolvimento social

-Meio Ambiente

-Inform. e Conhecimento

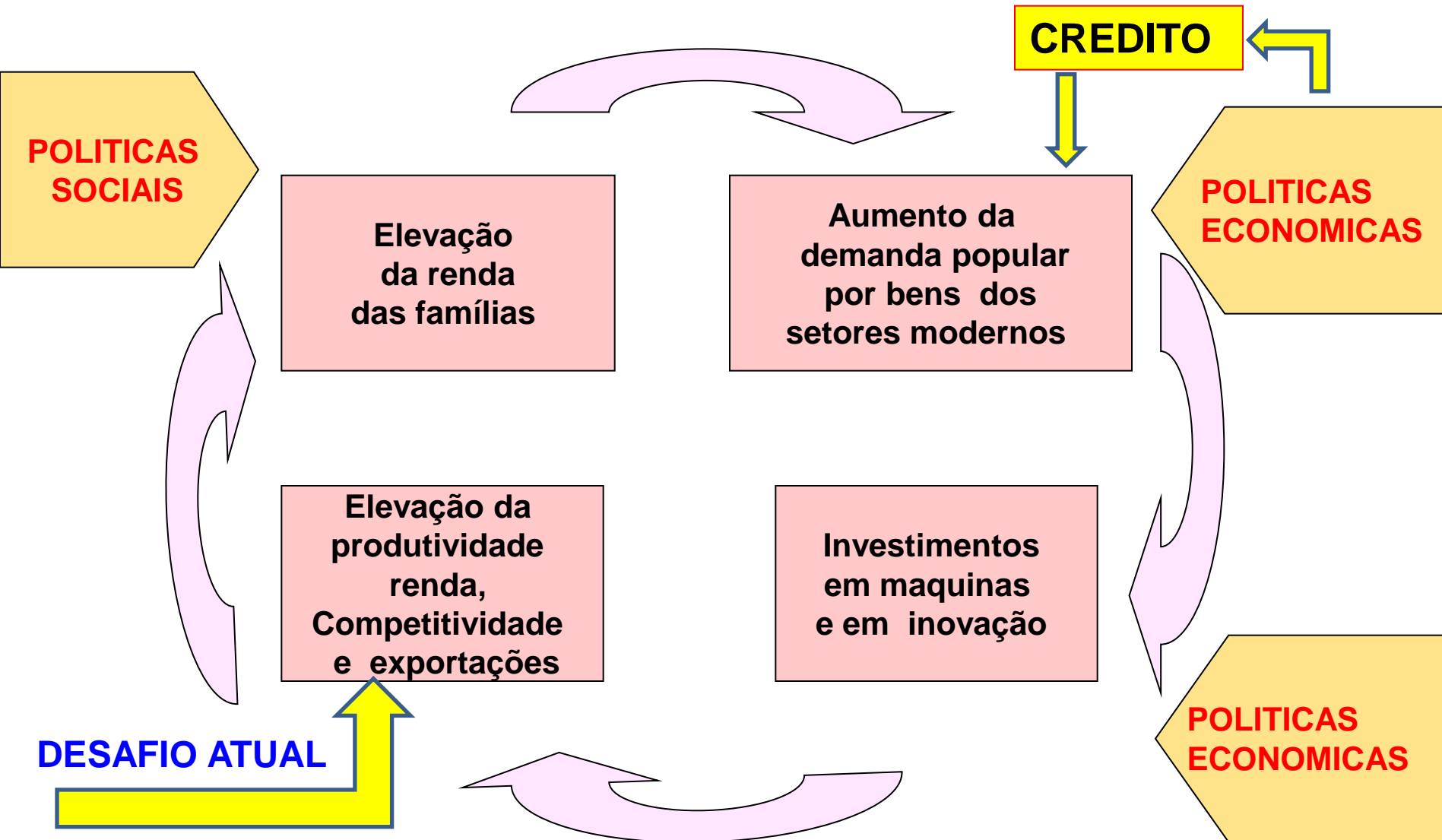
Modelo de consumo de massa

- o crescimento da economia seria promovido via aumento da renda das famílias mais pobres (políticas de transferências de rendas às famílias, como o bolsa famílias, aumento real do salário mínimo e aumento dos gastos com saúde e educação)
- Essas famílias comprariam mais (aumento da demanda de bens populares) => aumento da produção desses bens => aumento do emprego => mais salário no bolso das famílias => novo aumento da demanda => mais produção , mais emprego, mais salário

=> Circulo virtuoso do crescimento

- As empresas para atender essa demanda crescente investem => aumento de produtividade => maior eficiência na economia => crescimento sustentável

Modelo de consumo e produção de massa



Governo Dilma e o novo PPA

PPA 2012-2015

A presidenta determinou a organização das ações do Governo em 4 eixos:

- Eixo da **Infraestrutura** (coordenado pelo MP) (inclui o PAC)
- Eixo do **Desenvolvimento Econômico** (coordenado pelo MF) (inclui o plano Brasil Maior, Política Econômica, Políticas Setoriais – agrícola, emprego, C&T, etc)
- Eixo da **Erradicação da Miséria** (coordenado pelo MDS) (basicamente Plano Brasil Sem Miséria)
- Eixo dos **Direitos de Cidadania** (coordenado pelo SG/PR)

Cada Eixo tem um fórum de discussão que envolve todos os ministros com programas relacionados